

# VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DA IDENTIDADE DE MULHERES QUE SOFREM VIOÊNCIA DOMÉSTICA

VIOLENCE AGAINST WOMEN: ANALYSIS OF WOMEN'S IDENTITY WHO SUFFER OF DOMESTIC VIOLENCE

Carolina Barbosa Vigário <sup>1</sup> Fernando César Paulino-Pereira <sup>2</sup>

## Resumo

A violência, como um fenômeno social, é historicamente presente no cotidiano das relações sociais, é intrínseca ao processo civilizatório e é manifestada de diferentes formas. A violência nas relações entre parceiros expressa a dinâmica de afeto e poder e, em sua maioria, denuncia relações de subordinação e dominação. É em grande parte, direcionada contra a mulher, independente de sua posição social ou do grau de desenvolvimento econômico. Este trabalho foi realizado na Delegacia de Polícia Civil de Goiandira – GO e realizou a análise da identidade de mulheres na relação de violência com seus parceiros, identificando valores e processos identitários nas circunstâncias e dinâmicas cotidianas dos atores envolvidos. Para isso, utilizou-se como metodologia a pesquisa-ação, a qual teve como instrumentos de coleta de dados o Diário de Campo, a escuta Terapêutico-Educativa, balizada pela intervenção psicossocial. O resultado dessa análise nos aponta para as dificuldades apresentadas pelas mulheres que sofrem violência doméstica em exercitar a capacidade de conduzir sua própria vida, em construir novas identidades e entender que a violência de gênero deve ser combatida através da desconstrução relações de desigualdade entre homens e mulheres e as reestruturando nos campos afetivo, valorativo e operativo, possibilitando transformação das relações sociais.

**Palavras-chave:** Violência Contra a Mulher; Gênero; Empoderamento.

## Abstract

Violence, as a social phenomenon, is historically present in everyday social relations, intrinsic to the process of civilization and it is manifested in different ways. Violence in relationships between partners expresses affection and the dynamics of power and, mostly, denounces relations of subordination and domination. It is largely directed against women, regardless of their social status or the degree of economic development. This study tried to make the analysis of the woman's identity in relation to violence with their partners, identifying values and identity processes in everyday circumstances and dynamics of the actors involved. For this, we used as methodology the action-research, which had as instruments of data collection the "Diário de Campo", "Escuta Terapêutica-educativa", buoyed by psychosocial intervention. The results that was obtained by the analysis of the woman's identity showed us the difficulties faced by women who suffer domestic violence in exercising the ability to guide her own life, when she needs to make some decisions and, also, to construct new identities and to make them understand that gender violence must be changed, through deconstructing relationships of inequality between men and women and restructuring the affection, personal values that can transform her social relations.

**Keywords:** Violence Against Women; Gender; Empowerment.

<sup>1</sup> CREAS da cidade de Goiandira-GO. Psicóloga pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pedagoga pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Psicóloga do CREAS da cidade de Goiandira-GO. E-mail: carolinabvigario@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: epifania.cps@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A violência, como um fenômeno social é historicamente presente no cotidiano das relações sociais, é intrínseca ao processo civilizatório e é manifestada por diferentes formas. Assim, a violência nas relações entre parceiros expressa dinâmicas de afeto e poder e, na maioria dos casos, denuncia relações de subordinação e dominação (Deek et al., 2009; Araújo, 2008).

Percebe-se, portanto, que, em grande parte a violência é direcionada contra a mulher, independente de sua posição social ou do grau de desenvolvimento econômico ao qual pertença numa sociedade. Pode ser realizada de forma mais sutil, atingindo moral e psicologicamente as mulheres, reproduzindo preconceitos sobre sua condição, até aquelas formas de violência mais explícitas que ameaçam a vida e a integridade física, sendo esta a maneira mais comum de violência contra as mulheres, segundo bibliografia consultada (Paulino-Pereira, 2006; Lima, Büclhele, & Clímaco, 2008).

A violência moral, psicológica e física, geralmente, é realizada por pessoas que convivem diariamente e intimamente com as mulheres (marido, namorado, companheiro), sendo este fenômeno vivenciado em ciclos difíceis de serem rompidos.

Devido ao número de ocorrências e frequência em que a violência contra a mulher tem sido denunciada – embora haja inúmeros casos que ainda estão marcados pelo silêncio –, esse tipo de violência já se tornou questão de saúde pública, na medida em que afeta a saúde individual e também coletiva, exigindo políticas públicas e serviços voltados para atenção, cuidado, prevenção e tratamento da violência doméstica (Lima, Büclhele, & Clímaco, 2008).

Com isso, é notado que a violência tem profundas raízes culturais e sociais com a crença de que a mulher, ao se casar, passa a ser propriedade do marido, e este pode tratá-la como considerar adequado. Logo, ao contrário do que se pensa, a violência contra a mulher não é pontual e sim

gradual porque começa com o controle do homem sobre a mulher, depois segue com a imposição da obediência e submissão da esposa à vontade do marido, chegando à violência física, psicológica e, também, sexual.

Neste sentido, é percebido que os homens que exercem a violência contra mulher não apresentam peculiaridade de idade, nível educacional e situação de trabalho (Blanco, 2004; Mendez, 1999; Cortez, Padovani, & Williams, 2005). Geralmente, eles apresentam tendência à minimização da agressão e negação do comportamento agressivo, culpando a mulher pela conduta realizada ou mesmo outros subterfúgios como o álcool e as drogas, por exemplo. O fato de esta agressão ser dirigida estritamente à companheira revela, adicionalmente, a discriminação da sociedade com relação à mulher, principalmente quando esta se encontra na posição de esposa.

A violência contra a mulher, para muitos autores, pode ser transmitida de geração em geração, como é o caso de Sinclair (1985) que nos afirma que os sujeitos aprendem a violência pela própria cultura na qual estão inseridos. Essa visão possibilita novas formas de intervenção e o questionamento de mitos e pensamentos errôneos direcionados, por alguns homens, à sua parceira e ao relacionamento homem-mulher.

Dessa forma, este trabalho é baseado em um estudo realizado no ano de 2010 na Delegacia de Polícia Civil da cidade de Goiandira – GO, com mulheres que prestaram queixa contra seus companheiros por qualquer tipo de violência (moral, psicológica, física e sexual) e com mulheres que ainda não denunciaram seus companheiros, mas que aceitaram participar do projeto de pesquisa e intervenção em pesquisa-ação que teve como base a prevenção e coibição dos papéis estereotipados legitimadores da violência doméstica, rompendo o ciclo de silêncio e dor, contribuindo para o desvelar das diferenças de gênero e as assimetrias de poder que envolvem a questão.

A relevância científica que justifica o presente trabalho encontra-se solidificada na necessidade da Psicologia, enquanto Ciência Humana, fomentar estudos sobre a violência doméstica contra a mulher, tanto no avanço da compreensão do fenômeno, quanto do seu impacto na vida cotidiana, na saúde e bem-estar das mulheres; como também, estudos que avancem na avaliação dos programas de intervenções que são realizadas. Faz jus, portanto, conciliar a prática à teoria da Psicologia quanto ao estudo, identificação e trato cotidiano de mulheres em situação de violência.

A relevância social se dá no imperativo de um conhecimento científico estar à disposição da intervenção prática e no originar de questionamentos sobre a atuação do profissional da Psicologia no que tange à violência contra a mulher. Assim, ao se unir a ciência e a prática profissional, ocorrerá a geração e produção de novos conhecimentos acerca desse tipo de abuso, contribuindo de forma positiva para reconstrução da identidade e o empoderamento dessas mulheres que foram submetidas à situação de violência.

O objetivo geral deste trabalho é realizar a análise da identidade de mulheres na relação de violência com seus parceiros, identificando valores e processos identitários nas circunstâncias e dinâmicas cotidianas dos atores envolvidos. Por se tratar de uma pesquisa-ação, os objetivos específicos são: a) escuta terapêutica-educativa às mulheres em situação de violência doméstica; b) orientação psicossocial com as mulheres a fim possibilitar a construção de uma nova identidade; e c) que tais mulheres consigam conduzir sua própria vida na tomada de decisões em busca de emancipação.

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa tendo como método a Pesquisa-Ação, que envolve como instrumentos de coleta de dados o Diário de Campo, a Escuta Terapêutico-educativa, numa perspectiva de intervenção psicossocial.

A pesquisa-ação é um método diferenciado de outros tipos de investigação-ação, devido ao uso que faz de técnicas de pesquisa consagradas para produzir a descrição dos efeitos das mudanças da prática no ciclo da investigação.

Segundo Neto (2003) na pesquisa-ação o participante-pesquisador é levado à produção de seu próprio conhecimento, tornando-se o sujeito dessa ação que é por si educativa, e promove além da consciência desse conhecimento também a aptidão para a busca da transformação dos grupos sociais com os quais esse pesquisador trabalha.

Neste mesmo sentido, Tripp (2005, p. 447) define a pesquisa-ação como: "(...) forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisas consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática (...)" .

A finalidade da pesquisa-ação é de realizar a análise crítica das necessidades e problemas coletados junto aos grupos em que se realizará a pesquisa, sendo que nessa análise deve-se atentar a "dimensões positivas e negativas das questões levantadas, encarando a realidade numa perspectiva de mudança, impulsionando os grupos à reflexão e à ação, desenvolvendo seu poder de organização e intervenção na realidade" (Neto, 2003, p. 6).

Dessa forma, há um ciclo básico de fases da pesquisa-ação que se pauta, primeiramente, na identificação dos problemas dentro do campo da prática para investigação a respeito do mesmo, em um trabalho em conjunto com o grupo onde se quer operar. A partir daí, inicia-se o planejamento do "agir" dentro daquela realidade buscando a melhoria dos problemas e necessidades mais gritantes apresentadas pelo processo de investigação. Após essa etapa, é necessário a implementação das idéias que objetivam a mudança prática daquele grupo, além do monitoramento dessas ações. Por fim, deve-se avaliar se ocorreu a mudança e a melhoria das práticas envolvidas na pes-

quisa para que se possa também analisar o processo de conhecimento produzido (Tripp, 2005).

A pesquisa-ação emancipatória é uma modalidade política que opera numa escala mais ampla e constitui assim, necessariamente, um esforço participativo e colaborativo que demonstre o caráter de emancipação que esse tipo de pesquisa apresenta para o cotidiano de um grupo ao qual é implantada. É devido a esse caráter de mudança do status quo buscada com esse tipo de pesquisa que se pode afirmar que, por ser socialmente crítica e política em sua práxis, esse tipo de pesquisa se torna uma forma muito difícil de ocorrer.

Entretanto, mesmo compreendendo os desafios desse tipo de pesquisa-ação, optou-se por realizá-la devido aos objetivos desse trabalho, pois como nos afirma Franco (2005, p. 485) “a pesquisa-ação crítica não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas transformá-lo”.

O Diário de Campo é um instrumento importante na realização da pesquisa-ação porque é por meio dele que o investigador desenvolve seu projeto, ou seja, ele retrata “(...) o que se olha, como se olha e o que faz (ou poderá fazer) com o que se está olhando” (Pelissari, 1998, p. 1).

Logo, as anotações no diário podem ser utilizadas como dados; no entanto, como visto em Pelissari (1998), elas são diferentes das observações, registros ou outros dados coletados com a intenção de obter informações para o fenômeno estudado, pois o diário contém informações sobre o pesquisador, o que ele faz e todo o processo da pesquisa.

Neste sentido, Hughes (2000) nos aponta que os principais motivos para manter um diário de pesquisa são de gerar a história do projeto, do pensamento do pesquisador e do processo de pesquisa, além de fornecer material para reflexão, proporcionar dados para a pesquisa e, por fim, registrar o desenvolvimento dos conhecimentos acerca da investigação que são adquiridos pelo investigador.

O Diário de Campo complementa as informações obtidas pela metodologia da investigação com dados do próprio pesquisador, por isso é dito como um recurso metodológico individual e pessoal. Dessa forma, sua importância se dá no sentido de que o pesquisador, que não é o personagem central da história que está narrando, dá voz aos personagens centrais, por isso, ele pode perceber “as necessidades implícitas e explícitas; compreender as experiências daqueles personagens (que podem se apresentar fragmentadas, como pistas) e se comunicar” (Pelissari, 1998, p. 2).

As características básicas do Diário de Campo é que, primeiramente, os dados narrados têm como finalidade o planejamento de ações que serão executadas dentro do ambiente social no qual o pesquisador está inserido, devendo-se considerar o seu campo de conhecimento. Uma segunda característica é que nos Diários de Campo as narrativas ganham qualidade por expressarem uma situação específica do campo em questão e, por isso, serve de subsídio para os relatórios que o pesquisador deverá apresentar ao final de sua experiência.

Quando esses dados do Diário de Campo são bem elaborados, a organização coletiva das ações é facilitada, assim como diminui as adversidades e problemas imprevistos pelo pesquisador (Pelissari, 1998).

Por fim, os investigadores utilizam o Diário de Campo como uma ferramenta de reflexão da prática de pesquisa, sendo importante porque lhes oferece confiança, pois é uma ação de apoio que é crítica, entre os participantes do projeto.

O outro instrumento utilizado para realização deste trabalho foi a Escuta Terapêutica Educativa, que é uma modalidade de atendimento diferenciada por seu poder de diminuir a ansiedade, refletir sobre o tema relatado e, através da práxis, realizar um trabalho educativo com as mulheres que sofriam com a violência doméstica.

Esse tipo de escuta tem uma dimensão diferente da escuta psicoterapêutica

porque não realiza uma análise profunda da personalidade humana, ou seja, ela é terapêutica na medida em que o locutor, ao repetir seu cotidiano, sistematiza sua vida diante da dimensão de algo que efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim, certificar-se frente a esse vivido (Queiroz, 1991).

O processo de reviver o vivido dá ao sujeito o entendimento de seu funcionamento e a possibilidade de emergir novas perspectivas e caminhos, sendo essa a dimensão educativa desse tipo de escuta, que por si só, já a diferencia do projeto pedagógico que é algo pronto, já feito e realizado em si mesmo.

Assim, essa diferença entre a escuta terapêutica-educativa e o processo de ensino se dá porque este utiliza de técnicas educativas para a alfabetização, por exemplo. Na escuta terapêutica-educativa isso não é possível, pois não há como utilizar técnicas para superação da violência, o que somente é possível através da operacionalização da ação educativa do refletir para emancipar, ou seja, da práxis.

Logo, a escuta oferecida às mulheres em situação de violência atendidas pela pesquisa é terapêutica porque lida com o ser humano, sendo ele o sujeito de sua experiência de vida e de seus afetos, os quais são introduzidos nas pessoas pela família, sociedade, igreja, o Estado, tornando-se valores próprios, de sua vivência e subjetividade. Por conseguinte, esse tipo de escuta diferenciada abarca o sujeito, sem julgamentos ou tentativas de encaixe dele em uma teoria (Pietrolungo & Resende, 2007).

A escuta terapêutica é importante porque pode enviesar o sujeito para re-significação de seus afetos e de sua vida, devendo, por isso, ser desprovida de qualquer julgamento pessoal do psicólogo, cuja função é de pensar, junto com o sujeito, caminhos educativos para reorientação de sua vida e, neste caso específico, da mulher que sofre a violência doméstica.

## REVISÃO DE LITERATURA

Identidade é vida e por isso é metamorfose, sendo afirmada pelo seu movimento dialético real e, por isso, sua questão deve ser discutida no campo social e político, pois o conjunto de identidades constitui a sociedade e cada identidade é, pela sociedade, também constituída (Ciampa, 1998).

O movimento dialético da identidade se dá pelo eterno construir, reconstruir e desconstruir a multiplicidade de experiências que a pessoa vive no seu cotidiano (Lima, 2008). Essas múltiplas experiências se dão através do agir do sujeito em seu meio social, sendo essa característica a que permite com que cada sujeito seja autor e ator de sua própria história.

Ciampa (1998) afirma que a identidade humana é a articulação de várias personagens representadas em sua própria história, por uma pessoa, movimentando sempre igualdades e diferenças: "(...) identidade é história. Isto nos permite afirmar que não há personagem fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagem" (p. 157)

Logo, os modos de produção de identidade são definidos pelas diferentes maneiras em que o sujeito vive e estrutura suas personagens, ou seja, a definição se dá pelas "múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam" (Ciampa, 1998, p. 156).

Portanto, é através dessa constante "re-posição" dos papéis vividos pelas personagens que ocorre o fenômeno da identidade. Neste sentido, Lima (2008, p. 16) afirma que a fenomenologia da "re-posição":

pode ser tanto positiva quanto negativa, na medida em que tanto possibilitam um sentido de direção para os indivíduos (no primeiro caso), como podem reduzir o indivíduo a uma única personagem acabando com a articulação da igualdade e da diferença (no segundo).

Essa idéia da positividade e negatividade expressa pelo autor acima citado vai

de conformidade com a afirmação de Ciampa (1998, p. 157), de que:

as personagens são vividas pelos atores que as encarnam e que se transformam à medida que vivem suas personagens. Enquanto atores, estamos sempre em busca de novas personagens; quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas como velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica.

A morte biológica é o limite da vida para o ator sem personagem, pois ao reproduzir constantemente a mesma personagem, o ator vive um vazio que se sobrepõe a vontade de transformação e dessa forma, apenas resta ao ator sem personagem o caminho da autodestruição.

Entretanto, Ciampa (1998) nos afirma haver outro caminho para além da morte biológica, que é a morte simbólica. Mas, então, o que esta seria? Certamente, a resposta para essa questão é a loucura. A loucura é uma forma encontrada pelo “ator sem novos papéis” de fugir da sua realidade que lhe impede a emancipação e o mantém “trancafiado” no mundo da loucura que “quando bem-sucedida, é a morte para a vida” (Ciampa, 1998, p. 157).

A constante “re-posição” da mesma identidade sustenta a mesmice, que é caracterizada como re-posição ininterrupta da mesma personagem levando o indivíduo a ser “uma ‘réplica de si mesmo’” (Mattos & Ferreira, 2004, p.54), caracterizando então o círculo que expõe a “crise do ator-sem-personagem”.

A mesmice é entendida de duas formas. Primeiro, quando a pessoa se mantém submetida conscientemente à “re-posição” de uma única personagem como um fetiche, sendo que, nesses casos, a compulsão pela repetição é feita para que ocorra certa estabilidade de sua vivência, esta, no sentido de evitar a transformação/emancipação. No entanto, essa estabilidade é difícil

de ser mantida por muito tempo, porque permanecer na mesmice é mais árduo que buscar a mudança.

A outra forma é aquela na qual o sujeito é forçado a viver na mesmice devido aos interesses de preservação da situação de exploração que é mantido pela sociedade capitalista burguesa, permanecendo um “um ator preso à mesmice de si imposta” (Ciampa, 1998, p. 165).

Esse mecanismo da reposição/presuposição da identidade, que se traduz pela mesmice, leva ao fetichismo da personagem - identidade mito - o que acarreta ao sujeito o não atingir o ser-para-si, que é a inversão da metamorfose, isto é, a não metamorfose.

Quando ocorre a superação da personagem vivida pelo indivíduo temos a “mesmidade”, que, segundo Lima (2008) pode ser compreendida pela expressão “do outro ‘outro’”, ou seja, essa “expressão do outro outro que também sou eu consiste na metamorfose da minha identidade, na superação de minha identidade pressuposta” (Ciampa, 1998, p. 180). Dessa forma, tais ideias nos permitem afirmar, então, que o sentido positivo da “re-posição” da identidade se configura em encaminhar o sujeito à emancipação, construindo novos valores, perspectivas e aprendizagens tanto no nível do pensar, quanto do agir (Lima, 2008).

A concepção de emancipação aqui usada é baseada nas idéias de Paulo Freire, que se focou na libertação dos oprimidos por meio de mudanças que eles deveriam procurar por si mesmos através da práxis humana. Nesse caso, Freire (1987, p. 19) aponta que:

a libertação, por isso, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce desse parto é um homem novo que só é viável na e pela, superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se.

Logo, a emancipação/empoderamento é realizada pela pessoa por si mesma, as mudanças e ações que a faz se fortalecer e evoluir, que a faz seguir um novo caminho em busca de sua libertação (Valoura, n.d., s/ p.).

Neste sentido, se a concepção dialética da identidade é a metamorfose e esta se dá por meio do sujeito que encarna os diferentes personagens do seu cotidiano se mantendo sempre em busca da metamorfose e emancipação, pode-se afirmar então que: “o ‘eu’ vai se configurando a partir das relações sociais nas quais o indivíduo observa e aprende a desempenhar papéis.” (Mendes, Paulino-Pereira & Soares, 2008).

Os papéis sociais que o ser humano desempenha são previamente definidos pela sociedade e transmitidos, mantidos e modificados através do processo de socialização, o qual se inicia primeiramente na família (socialização primária) e depois pela própria sociedade; tudo isso, na perspectiva que se mantenham as relações de poder e o status quo vigente (a socialização secundária).

É no processo de sua história pessoal que o indivíduo busca concretizar a metamorfose, em cada momento, dentro das condições históricas e sociais determinadas:

a constituição do ‘eu’ de forma mais ou menos autônoma ocorre na medida em que a vivência simultânea da teia de papéis permite que sejam exercidos de forma diferente dos modelos, portanto, de acordo com a possibilidade de transformações e originalidade. (Mendes, Paulino-Pereira & Soares, 2008, p. 33).

Portanto, cada pessoa tem uma história pessoal, a qual se deve recorrer para entender sua forma de ser, viver, pensar e entender sua busca pela metamorfose. Nesse sentido, Paulino-Pereira (2006, p. 54) aponta que a primeira forma de emancipação dos sujeitos é o tornar-se humano, contudo: “esse processo de emancipação pode ser prejudicado pela

violência e pela coerção, desumanizando o sentido histórico do tornar-se humano”.

Percebe-se, assim, que a violência é uma questão presente na história do homem desde os primórdios de sua existência, pois sua capacidade de exercer a violência em diferentes escalas é que lhe deu chance de sobreviver às condições adversas do meio hostil no qual habitava.

A temática da violência humana tem sido objeto de vários estudos ao longo da história, mas foi a partir da década de 1980 que se realizaram pesquisas mais contundentes sobre a violência devido à tomada de consciência: “da dimensão do problema que passa a fazer parte do modo de viver do homem em sociedade, ou seja, a violência torna-se banalizada, passa a ser algo comum entre os homens.” (Hayeck, 2009, p. 2).

Existem inúmeros conceitos para a palavra violência, entretanto, aquele que mais se aproxima da visão dos autores desse trabalho se refere ao explicitado por Michaud (1989, p. 11), que afirma haver violência em situações de interação quando os atores “agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, acusando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais”.

Logo, a violência contemplada neste estudo é aquela que ocorre contra a mulher no âmbito doméstico, sendo esse tipo de abuso destacado como um dos modos que mais ameaçam a integridade física, moral e psicológica das vítimas. Segundo dados da última Pesquisa Ibope/Instituto Avon (2009) entre homens e mulheres que foram ouvidos em todo o país, sendo eles vítimas ou não de agressão, esse é o tipo de violência que mais preocupa as brasileiras, sendo que “esta preocupação vem crescendo desde 2004, quando 50% pensavam assim, subindo para 55% em 2006 e para 56% em 2009” (Pesquisa Ibope/Instituto Avon, 2009, p. 11).

Dessa forma, a definição da violência doméstica e familiar contra a mu-

lher, segundo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2010, p. 13), é:

(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas, no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa, em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (...).

A violência doméstica deve ser compreendida no espaço em que a mulher-vítima tenha contato com o agressor, que geralmente são pessoas muito próximas a elas, ou seja, o autor da violência física, psicológica e sexual pode ser o parceiro íntimo, como o marido, o companheiro, o namorado.

Com isso, vê-se que a violência familiar interfere na construção da identidade masculina e feminina, porque mesmo que a ideia de lar remeta a um espaço de afetividade, cuidado, proteção e atenção, muitas famílias acometidas da violência doméstica são vindas de socializações primárias, nas quais a violência contra a mulher e as crianças também era presente, o que gera a tendência de se reproduzir tais relações, sejam elas com os filhos, pelos pais, mas também, com a mulher/esposa pelo marido/companheiro.

Gomes et al. (2007) afirmam que a construção da violência que ocorre no lar não tem relação com as diferenças biológicas entre homens e mulheres e tais papéis

sociais são reforçados por culturas patriarcais reproduzidas nas famílias.

Segundo Rosa et al. (2008), a violência conjugal reflete um padrão de abuso contínuo cujas consequências vão desde luxações, fraturas e impactos psicológicos ao mais grave dos níveis, que é a morte.

Devido a algumas características próprias pode-se afirmar que a violência doméstica é um problema de saúde pública devido à sua “alta prevalência, ter consequências severas nas sociedades e indivíduos; custo para sociedades e indivíduos ser alto” (Sheiham, 2008 apud Lima, Büchele, & Clímaco, 2008, p. 70).

Dessa forma, percebe-se que há muitos fatores envolvidos nas causas da violência doméstica, sendo que os mais preponderantes e estudados pela literatura utilizada apontam o abuso do álcool, uso de substâncias ilícitas, a condição financeira e os próprios comportamentos da companheira como fatores relacionados intimamente com a violência doméstica (Rosa et al., 2008; Fonseca, Ribeiro, & Leal, 2012).

Sob essas condições, o olhar aqui lançado para a violência doméstica será enviesado segundo as categorias de gênero que apontam para papéis socialmente esperados para os homens e mulheres, papéis esses que muitas vezes são legitimadores de características ditas “intrínsecas” ao homem e a mulher, sendo que a violência no lar pode ser uma dessas características.

Os estudos sobre gênero nos permitem buscar, portanto, mudanças nessa visão conservadora do “aquilo que pertence a”, levando ao desenvolvimento de políticas de amparo, proteção e cuidados para a vítima de violência doméstica, assim como, a mudança, a conscientização e a desmistificação das atitudes do homem em situação de agressão <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Neste trabalho optou-se por denominar os homens que praticam a violência no âmbito doméstico contra a mulher como “homens em situação de violência doméstica”, pois, para os autores da pesquisa, o termo “agressor” é pejorativo.

Nesse sentido, Gomes et al. (2007, p. 505) ratificam esse modo de pensar quando afirmam que “a introdução da categoria gênero foi fundamental para perceber as relações de violência no espaço familiar, uma vez que esta categoria possibilita compreender os papéis socialmente pré-definidos para homens e mulheres, como perpetradores de relações hierárquicas desiguais.”

Scott (1995, p. 75) ratifica essa idéia ao nos afirmar que o gênero representa “uma forma de identificar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.”

Os papéis e gênero são ensinados desde a socialização primária dos indivíduos e são perpetrados durante toda sua vida, fazendo-os acreditar que são próprios da condição de ser homem ou mulher, sendo encobertos ideologicamente pela sociedade capitalista que tornam os comportamentos como legítimos de cada sexo. Isto, por si só, é um estímulo para produzir e reproduzir estes comportamentos socialmente, engendrando relações de poder e dominação que resultam na “reprodução” da personagem mulher-violentada.

O ciclo repetitivo da violência acaba por direcionar a mulher-vítima à mesmice, porque em muitos casos essa mulher se silencia, não presta queixa contra o companheiro nas delegacias e, outras vezes, tenta a retirada da queixa já feita. Essa “reprodução” de personagem ainda impossibilita essas mulheres de prosseguirem nos programas de atendimento à mulheres vítimas de violência, a não procurarem se afastar do homem em situação de agressão, a não temerem pela vida de seus filhos, dentre outros muitos motivos que a fazem viver na reprodução de uma só personagem – a mulher-vítima-de-violência-doméstica.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada na Delegacia de Polícia Civil da cidade de Goiandira/GO, foi fruto da parceria entre o delegado de polícia e a Universidade Federal de Goiás – CAC.

Foram realizados encontros semanais com mulheres que fizeram Boletim de Ocorrência (B.O.) contra seus parceiros por motivo de violência doméstica sendo, portanto, amparadas pela Lei Maria da Penha. Também foi ouvida uma mulher que não prestou queixa contra seu marido, mas que se disponibilizou a participar do projeto.

Essa pesquisa teve grande importância no restabelecimento da saúde psíquica dessas mulheres e, por isso, devido solicitações, também foram ouvidos alguns de seus filhos, os quais, frequentemente, presenciavam as agressões ocorridas no âmbito familiar.

Nesses encontros, era oferecida às vítimas e seus filhos a escuta terapêutica educativa com intuito de ressignificar os papéis sociais vivenciados por cada um dentro da família e, em uma reflexão conjunta, desenvolver modos de vida nos quais essas mulheres pudessem lutar por uma nova realidade, na qual a violência de gênero não fosse explicada pelos papéis macho e fêmea, e sim, homem e mulher.

Dessa forma, no segundo semestre do ano de 2010, foram ouvidas duas mulheres que realizaram a queixa contra seus parceiros, uma mulher que não realizou o Boletim de Ocorrência (B.O.) e mais duas adolescentes, filhas de duas dessas mulheres, as quais presenciavam integralmente, ou em partes, a violência contra suas mães.

As participantes da pesquisa foram: Participante 01) E. M. L., 30 anos, do lar, esposa do “agressor”, 8 anos de relacionamento, vítima de violência física, ouvida duas vezes em Escuta Terapêutica; Participante 02) F.O.J., 27 anos, do lar, amasiada com o “agressor”, 9 anos de relacionamento, vítima de violência física, ouvida cinco vezes em Escuta Terapêutica; Participante 03) M. R. S., 43 anos, do lar, esposa do

“agressor”, 15 anos de relacionamento, vítima de violência física, ouvida duas vezes em Escuta Terapêutica.

As duas adolescentes ouvidas são filhas de F.O.J. e M.R.S. A primeira foi D.O.J, de doze anos de idade que acompanhou e incentivou sua mãe a realizar a denúncia contra o companheiro. A adolescente cursava o oitavo ano do Ensino Fundamental em uma Escola Estadual da cidade e frequentemente presenciava e enfrentava o parceiro de sua mãe para tentar evitar que esta sofresse mais violência física e psicológica; além disso, em alguns momentos se escondia do cenário de violência para proteger seu irmão de quatro anos de idade.

A segunda adolescente foi C.R.S, filha de M.R.S. O caso de C.R.S. é diferente dos demais porque o Boletim de Ocorrência (B.O.) registrado na Delegacia de Polícia foi feito pela filha contra o namorado e por isso, M.R.S. teve contato com o serviço apresentado pelo projeto de pesquisa em questão. Mesmo seu caso tendo um viés diferente daquele requisitado pelos pesquisadores, sua participação foi aceita por se tratar de um caso significativo para a pesquisa.

Com isso, inicia-se a análise da identidade das três mulheres que sofreram agressão de seus maridos e consentiram em participar das escutas terapêutico-educativas.

### **E.M.L.: ASPECTOS DA IDENTIDADE**

A primeira mulher a ser ouvida foi E.M.L; 30 anos, desempregada, sendo portanto financeiramente dependente do marido W.C.L., juntamente com seu filho de 14 anos - fruto de outro relacionamento. Já havia oito anos de relacionamento, e E.M.L. denunciou o marido após este ter agredido fisicamente seu filho. Segundo os relatos de E.M.L., seu esposo é um bom homem e possui o ‘coração humilde’ (Cf. Diário de Campo, 28/10/10), sendo o seu problema o envolvimento com a bebida alcoólica.

Segundo Minayo e Deslandes (1998) a bebida alcoólica pode ser um dos principais detonadores da violência doméstica, porque provoca mudanças de comportamento que são comparadas aos efeitos de psicofarmacológicos. Essa premissa é ratificada por pesquisas realizadas por Rosa, Boing, Büchele, Oliveira e Coelho (2008), na qual os sujeitos em situação de agressão de seu estudo sugeriram que o uso de álcool pode ter contribuído como um dos motivos de desentendimento e/ou agressão contra suas parceiras.

Neste sentido, E.M.L afirma que seu marido é agressivo apenas quando esta embriagado e que após ter sido preso, W.C.L. não agrediu mais seu filho. Entretanto, a violência contra ela é constante. E.M.L. enfatizou que o marido, em algumas agressões, já lhe quebrou um dedo, que é bastante ciumento e diariamente lhe agride verbalmente reduzindo ao máximo sua auto-estima, mas nunca lhe forçou a ter relações sexuais contra sua vontade.

A maioria das mulheres que quebram o silêncio e fazem a denúncia dos seus companheiros, somente os acusam da violência física, pois a maioria delas não possui o conhecimento que a violência verbal e psicológica são tão importantes a serem denunciadas quanto a violência física e sexual. Neste sentido, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, 2010, p. 14) afirma que a violência psicológica é:

entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Através das falas de E.M.L. se percebe que a repetição do seu papel de mulher-vítima-de-violência continuaria e, pelo visto, continuará sendo repostado a cada dia de seu cotidiano, porque em seus relatos pode-se perceber que ela não pensava em se separar do marido e somente o denunciou após o episódio de agressão contra seu filho:

Eu só denunciei depois que ele passou a ameaçar e quis machucar meu filho. Porque se ele não tivesse agredido o menino, eu não denunciaria. Eu amo ele e às vezes acho que ele me ama também, ou não, porque quem ama, não faz isso. (E.M.L. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

Ciampa (1998) nos afirma que o trabalho de 'reposição' da mesma personagem é o sustentador da mesmice, porque não depende da mediação da reflexão. No caso de E.M.L. observa-se que ela vive a situação de 'reposição' da personagem esposa-vítima-de-violência porque não consegue pensar que a violência contra ela é tão importante de ser denunciada quanto a violência que ocorreu contra seu filho e, com isso, vai perpetrando a "mesmice de si imposta".

Apesar de perceber que o amor não está ligado ao ato violento, o que pode ser aspecto de identidade resistente à personagem esposa-que-sofre-violência, representando o papel de esposa-apaixonada-resignada, característica essa da dialética da identidade que ora regride, ora progride. E.M.L. ainda confirma sua dependência afetiva por W.C.L. quando não consegue se conscientizar que o amor que ela sente pelo marido pode ser um dos fatores que a mantém dentro do ciclo ininterrupto de violência: Depois que W. foi preso, ele nunca mais 'mexeu' com meu menino, mas as discussões e agressões comigo são frequentes (E.M.L. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

Com isso, E.M.L. retirou a queixa feita contra o marido no dia da audiência junto ao juiz, justificando seu ato devido a

uma diminuição dos episódios de violência contra ela: "No dia da audiência eu retirei a queixa porque W. tava bonzinho, mas depois desse dia, virou tudo de novo" (E.M.L. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

Os casos de mulheres que retiram a queixa contra seus parceiros podem expressar diversos motivos como o medo, a situação financeira, sua condição social, o constrangimento de uma separação e, um sério fator, reconhecido no caso de E.M.L.: a dependência emocional e afetiva pelo parceiro.

E.M.L. ainda afirma que o marido aumenta a violência física, verbal e psicológica quando está bêbado, mas que este só bebe em casa e, por isso, ela pensa que ele se torna mais violento quando está embriagado; esses episódios ocorrem com frequência considerável.

Jong, Sadala e Tanaka (2008) nos afirmam que as mulheres atribuem à bebida o estopim para a violência doméstica física, mas que (como o caso de E.M.L.) os maridos são bons e trabalhadores, e somente vivenciam a identidade violenta quando bebem. Neste sentido: "a mulher, após superar a revolta e o sofrimento da agressão, procura entender e justificar a fraqueza do companheiro." (Jong, Sadala, & Tanaka, 2008, p. 749).

Ao considerar o caso de E.M.L., a identidade é um constante devir, perpassada por processos de emancipação (a denúncia) e de mesmice (quando da retirada da queixa e a volta ao papel de esposa-vítima), sendo necessária a compreensão dessas características que aparentemente são dicotômicas, mas importantes para a problemática da dialética da identidade.

Percebe-se que E.M.L. se esforça em encontrar motivos para a violência que sofre dentro de casa pelo marido, sendo a justificativa mais forte a bebida alcoólica. Dessa forma, E.M.L. aparenta uma falta de consciência de que a problemática da violência não é apenas resultado de um "porre", mas sim de questões mais complexas que envolvem desde os papéis sociais de

ambos, até os processos de socialização pelo qual passaram desde a infância, sendo que essa aparente falta de conscientização impede o processo de emancipação da sua identidade, pois efetivamente instaura a crise do ator-sem-personagem, a repositora da mesmice.

## F.O.J.: ASPECTOS DA IDENTIDADE

A segunda mulher a fazer parte desse processo de análise foi F.O.J., que à época da pesquisa tinha 27 anos e era amasiada com seu parceiro Y.T.S. há nove anos, sendo que, desde o início do relacionamento, F.O.J. sofria com violência física, psicológica e sexual. F.O.J. não trabalha e suas obrigações são com os serviços domésticos e o cuidado dos dois filhos, uma menina, filha dela e outro homem e o menino, fruto do relacionamento entre ela e Y.T.S.

F.O.J. disse que durante toda sua infância e adolescência sofreu com a mãe violenta, a qual também era violentada pelo marido em frente aos filhos e tais episódios somente cessaram porque ela foi abandonada pelo esposo.

Meu pai também batia na minha mãe e já chegou perto de matar ela. Ele tirava sangue dela na nossa frente. Ele largou dela e ela descontava na gente, os filhos; ela era muito violenta. (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

F.O.J. afirmou que após sua mãe ser abandonada, tornou-se mais agressiva, o que talvez possa ter encaminhado F.O.J. para um relacionamento precoce do qual nasceu sua primeira filha e, logo depois, seu casamento em que vive sob a condição da violência física, psicológica e sexual.

“Minha mãe era muito agressiva, a gente ficava se mudando sempre. Eu penso que se minha relação com minha mãe fosse boa, talvez minha vida tivesse sido mais fácil e eu não

ia precisar de homem para me sustentar.” (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

Segundo os relatos de F.O.J. a denúncia feita à Delegacia de Polícia Civil, somente ocorreu depois de anos de violência doméstica (física e psicológica), sendo que a violência sexual era mascarada pela ideologia dominante que impõe a mulher ser obrigada a realizar o ato sexual com o marido porque faz parte das obrigações do casamento:

Tem dias que ele quer ter ‘aquilo’ à força, não sei te falar por que. Mas o homem precisa disso, então se ele quer, eu tenho que ceder. Minha mãe fala que é assim mesmo, quando a gente casa. E ai, eu chego a pensa que casamento é desse jeito mesmo. (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

É através desse relato de F.O.J. que se percebe o quão forte é o papel social de esposa submissa que lhe foi definido, primeiro pelas vivências primárias em família - “Minha mãe fala que é assim mesmo, quando a gente casa”- e secundárias, pela posição do papel de obediência e subordinação que a sociedade perpetua entre as mulheres - “Tem dias que ele quer ter ‘aquilo’ à força, não sei te falar por que. Mas o homem precisa disso, então se ele quer, eu tenho que ceder”:

(...) uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo “consentiu” um certo padrão de violência contra as mulheres, designando ao homem o papel “ativo” na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a mulher à passividade e reprodução, demonstrando construções sociais que ancoraram as representações das mulheres deste estudo. (Fonseca et al., 2012, p. 311)

Ainda sobre esse relato de F.O.J., percebe-se que no processo de constru-

ção da sua identidade, ela internalizou da (instituição) família valores e papéis morais que perpetuam a personagem mulher-submissa-obediente que a faz reproduzir esse papel como a único verdadeiro dentro da sociedade em que vive. Essa personagem de mulher-obediente é reforçada pelo papel social de esposa-ideal que foi previamente definido pela sociedade, e que F.O.J. o reproduz constantemente, sendo ele mantido ou modificado pelas relações sociais que vive expressando, em seu caso, a manutenção do sistema e do status quo vigente, exatamente porque tenta impedi-la de buscar a mudança, a revolução, a emancipação.

Ele é agressivo só comigo, para as outras pessoas ele é ótimo e por isso minha mãe não aceita que me separe dele porque não quer filha largada. A primeira a me jogar pedras é ela, me disse que não vai olhar meus filhos para eu trabalhar, então não posso contar com ela. (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 04/11/10).

F.O.J. afirmou que não denunciaria seu marido antes porque não sabia que violência psicológica e verbal podiam ser denunciadas e por isso, demorou tanto tempo para realizar o Boletim de Ocorrência (B.O.).

É muito constrangedor as coisas que ele me fala e faz comigo e eu não sabia que podia denunciar ele por essas coisas, essas coisas que ele fala. (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 28/10/10).

Na última briga, não teve agressão física, houve violência psicológica, muitos xingamentos, mas eu tava desesperada porque não aguentava mais essa pressão psicológica. [...] Ele me xinga muito; só ele é o bom, só ele trabalha e que eu não sou nada. Joga na minha cara que eu tenho outro. Eu vejo muitas mulheres que traem seus maridos, mas eu nunca faria isso, mesmo vivendo nessas condições (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 04/11/10).

A demora de F.O.J. em realizar o Boletim de Ocorrência (B.O.) reside não somente no fato da falta de informação sobre o que poderia ser denunciado ou não, mas também das suas relações sociais e papéis sociais os quais impediam que ela considerasse que o ato sexual, realizado contra sua vontade, fosse violência sexual e a violência física, por outros fortes motivos: o marido quem sustentava seus filhos, a vergonha de ser uma mulher separada do marido e principalmente o medo.

Esses três fatores apontados por F.O.J., que a manteve nesse relacionamento em que a violência era constante, são pilares muito fortes que podem fazer com que a mulher que sofre violência doméstica ainda continue sob o amparo do homem em situação de violência. Segundo Garbin et al. (2006), há inúmeras causas para que a mulher permaneça junto ao companheiro que se encontra em situação de violência, sendo um agente importante, a condição financeira e depois o medo, mas, para além destes, há ainda a impunidade, a dependência emocional e afetiva do parceiro e o constrangimento de ter a sua vida exposta à sua comunidade.

No caso de F.O.J. pode-se afirmar que o medo é uma das questões primordiais que a impede de se separar do marido, pois seus relatos ratificaram essa ideia:

Ele não aceita o fim do casamento e me ameaça dizendo que se eu me separar dele e arrumar outro homem, ele me mata e mata ele também. Ele já matou um homem e por isso eu tenho muito medo que ele me mate. Se já fez uma vez, pode fazer de novo. Eu e minha filha toleramos Y. Nenhuma de nós duas gostamos dele e o que eu mais queria era que ele saísse de casa. (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 04/11/10).

Ao analisar os relatos de F.O.J. quando esta afirma que sua vontade é se separar do homem que a coloca na posição da mulher-que-sofre-violência-doméstica, pode-se afirmar que ela apresenta uma

conscientização necessária para buscar pela emancipação, porque sua vontade é sair dessa personagem mulher-violentada - que a poderia direcionar à mesmice - e construir outra, a da mulher-em-busca-de-liberdade.

Dessa forma, F.O.J. relatou que realizou a denúncia com esperança que o marido saísse de casa, para que ela pudesse ter a oportunidade de estudar e ter um emprego para que ela própria pudesse sustentar seus filhos. Essa sua busca por novos personagens é expressão da mesmidade de F.O.J. porque ela não se conforma em viver uma identidade estagnada, sem metamorfoses, ou seja, ela quer mudança, não se acomoda frente ao determinismo de viver apenas o papel da mulher-violentada, mas sim, quer atuar em outros papéis, criar novas personagens para sua identidade, superar sua identidade pressuposta (Ciampa, 1998).

F.O.J. disse que por várias vezes tentou revidar as agressões do marido enfiado, mas que sua condição física não a permitia tal feito, além de que sua filha, por várias vezes, estava presente no cenário da briga.

Às vezes eu tentava revidar, mas ele é muito grande e eu não conseguia. Mas a maioria das vezes eu evito revidar porque senão já teria várias facadas pelo meu corpo. (F.O.J. Cf. Diário de Campo, 04/11/10).

A tentativa de F.O.J. revidar fisicamente as agressões que sofria do marido é uma forma de evitar que a personagem mulher-agredida pudesse ser revivida por ela, sendo essa reposição a mesmice de si imposta, isto é, a crise do ator-sem-personagem. Contudo, a maneira eficaz que F.O.J. encontrou de revidar as agressões do marido, o que demonstrou sua emancipação, deu-se quando ela realizou a denúncia contra ele, porque segundo ela, ocorreu uma diminuição das agressões físicas.

Porém, F.O.J. relatou que as agressões psicológicas continuaram constantes,

mesmo após a denúncia, reproduzindo o ciclo de violência que ela tentou interromper com a denúncia. Dessa forma, há mulheres que sofrem violência doméstica e denunciam as agressões, todavia, continuam convivendo com a violência psicológica, o que:

(...) ao voltar à realidade, provavelmente sob a pressão externa dos familiares, do marido, dos filhos - ou mesmo tomar consciência de que são dependentes do marido - voltam atrás e retomam a sua posição de mulher dentro da família tradicional (Jong, Sadala & Tanaka, 2008, p. 747).

A posição de mulher dentro da família tradicional expressa por Jong, Sadala e Tanaka (2008) nos remete à questão de que a identidade dessas mulheres retoma o processo de reposição da personagem mulher-que-sofre-violência-doméstica, o que regride sua conscientização e busca pela emancipação, interrompendo de maneira maléfica a metamorfose. No caso de F.O.J., quando esta se conscientizou que a alternativa para se tornar livre das agressões do marido era a denúncia, ela avançou na busca por sua autonomia; porém, ao compreender que não conseguiria se livrar por completo da sua personagem mulher-violentada devido à retomada das agressões psicológicas por parte de seu marido, ela retomou seu papel de mulher da família tradicional, o que se tornou um entrave para seu processo de evolução.

Dessa forma, F.O.J. afirmava que as agressões tendiam a aumentar aos fins de semana, porque era quando seu marido estava mais tempo em casa e quando ele mais bebia. Porém, ele não precisava do álcool para realizar agressões verbais e psicológicas com F.O.J.

Neste sentido, pode-se entender tal fato por meio das idéias de Minayo e Deslandes (1998, p. 40) que afirmam:

(...) drogas e álcool tanto podem ser usados antes como depois dos

eventos violentos. Muitas vezes as substâncias são utilizadas como desculpas para violência, para diminuir a responsabilidade pessoal. Outros as usam para simplesmente atingirem um estado emocional que lhes facilite cometer crimes.

Ao tentar superar a identidade de mulher-agredida, que aparentemente fracassava, quando o marido volta a agredi-la, F.O.J. regredia na construção de sua identidade libertada porque era impedida por barreiras emocionais, financeiras e psicológicas. Contudo, mesmo quando impedida, a metamorfose ainda persistia por que: “a metamorfose, ainda quando impedida, ainda quando oculta, expressa a invencibilidade da substância humana, como produção histórica e material” (Ciampa, 1998, p. 182, grifos do autor).

O caso de F.O.J. foi mais retratado nesta análise porque a práxis proposta pelo projeto foi concreta no seu caso. Isso porque, através das reflexões ocorridas durante os dois meses de escutas terapêutico-educativas realizadas com F.O.J., esta se mostrou consciente das mudanças que poderia realizar em sua vida, o que engendrou metamorfoses identitárias necessárias à sua emancipação, pois o último registro que se teve dela foi que ela havia conseguido um emprego, tornando-se, então, independente financeiramente de seu marido, sendo este o primeiro passo para que ela pudesse pensar em se separar de Y.T.S. e viver novas personagens: a mulher-liberta da situação de violência, a mulher-mãe-independente financeiramente e a mulher-consciente de seu papel na construção de sua própria história.

### **M.R.S.: ASPECTOS DA IDENTIDADE**

A terceira mulher atendida pelo projeto na Delegacia de Polícia Civil de Goiânia, foi M.R.S., quarenta e três anos de

idade e casada há quinze anos com G.F.S. Ela não possuía emprego e tinha cinco filhos com o marido.

M.R.S. nunca denunciou G.F.S. e soube do projeto realizado na delegacia porque sua filha mais velha (13 anos) prestou queixa contra o namorado em uma das brigas do casal. Nesta ocasião, o marido de M.R.S. entrou em contato com o Conselho Tutelar da cidade, que os encaminhou para a Delegacia de Polícia Civil, onde a jovem realizou o Boletim de Ocorrência (B.O.) e foi orientada a participar do projeto.

Dessa forma, o caso da filha de M.R.S. também foi ouvido e trabalhado, mas não será contemplado nessa análise porque o caso de M.R.S. é mais rico para a realização da análise.

M.R.S. começou seu relato afirmando que possui pensamentos suicidas, mas que nunca os colocou em prática devido à sua filha mais nova possuir apenas cinco anos de idade. A ideia de se suicidar é um indício de que M.R.S. tentava escapar da mesmice, porque a repetição das mesmas personagens era um ciclo insuportável de ser mantido e o limite máximo para a crise do ator-sem-personagem é a morte biológica.

Neste sentido, quando M.R.S. afirma, “Eu tenho muita vontade de me matar, já pensei várias vezes, mas ainda não realizei nenhuma dessas ideias por causa da minha filha mais nova, que só tem cinco anos”, (M.R.S. Cf. Diário de Campo, 04/11/10), aponta-nos para a construção de uma nova personagem - uma nova identidade - a identidade não-suicida nos mostrando a dialética da vida-morte na qual, no caso de M.R.S., a vida se sobressai, independente dos motivos da não realização da morte. (Mendes, Paulino-Pereira, & Soares, 2008).

Assim, segundo M.R.S., sua vida se tornou um calvário desde o início do relacionamento com G.F.S. devido às agressões físicas e sofrimento psicológico que seu marido a fazia passar. Durante as várias agressões sofridas, seu marido já lhe quebrou alguns dentes e seu corpo estava re-

pleto de cicatrizes dos espancamentos que vinha sofrendo ao longo dos quinze anos de união; mesmo com todo sofrimento, M.R.S. nunca realizou nenhuma denúncia contra G.F.S.

Dessa forma, assim como M.R.S., muitas mulheres preferem se silenciar frente à violência que vivem frequentemente dentro de suas próprias casas, porque: “a maioria das vítimas permanece coagida a um relacionamento baseado, muitas vezes, na dependência financeira e emocional, levando a eventos cíclicos de violência” (Fonseca, Ribeiro, & Leal, 2012, p. 308).

Eu não me separo porque tenho medo de perder meus direitos. Não consigo arrumar emprego porque tenho diabetes e pressão alta, então não posso denunciar porque é ele quem trata dos meus filhos (M.R.S. Cf. Diário de Campo, 04/11/10).

Apesar de nunca ter denunciado o marido, M.R.S. afirma que tem vontade de fazê-lo porque sente que se já o tivesse feito, sua vida e de seus filhos poderiam ter um caminho diferente: “Penso que se tivesse denunciado, ele já tinha saído de casa”. (Cf. Diário de Campo, 04/11/10). Quando M.R.S. pensa sobre o que vem acontecendo em sua vida e aquilo que já aconteceu, nos indica aspectos de mesmidade, pois é uma forma de consciência de que a realidade vivida por ela na atualidade e em seu passado poderá ser transformada no futuro, ou seja, sua realidade não é algo pronto, acabado, é algo que pode ser mudado, recriado dentro de sua própria história, é um vir-a-ser: “(...) viver na mesmidade significa ficar na articulação entre atividade e consciência, o que possibilitaria metamorfoses (...)” (Mendes, Paulino-Pereira, & Soares, 2008, p. 35).

M.R.S. afirma que não consegue trabalhar por conta de seus problemas de saúde e por isso, se mantém nesse relacionamento destrutivo que a faz repensar se vale a pena estar viva:

Eu não aguento trabalhar por causa dos meus problemas de saúde,

já te falei que tenho pressão alta e diabetes, e também porque não consigo concentrar nas coisas, porque sempre vem outras ‘coisas’ na minha cabeça. Tenho que pensar nos meus filhos, principalmente na pequena, por isso, vou morrendo aos poucos. (M.R.S. Cf. Diário de Campo, 04/11/10).

Os papéis desempenhados pelos sujeitos em sua história de vida são determinantes para sua identidade, porque são por meio deles, que o ser humano se mantém em constante metamorfose, em busca de emancipação. A identidade é uma totalidade que permanece em um movimento contraditório, que ora avança e ora regride. Mas quando a mudança da identidade não ocorre no sentido da transformação, ela se torna uma mera “reposição” da identidade, que preserva interesses desde as primeiras instituições como família, Igreja, Estado, até, em última instância, a sociedade.

No caso de M.R.S. a identidade de mulher-doente que necessariamente a faz representar o papel de mulher-dependente-financeiramente (do marido), dificulta a tomada de consciência e percepção de que tal personagem impede a transformação de sua história, bem como, de procurar uma condição de vida que não seja reprodutora dessa mesmice. Quando a personagem de mulher-dependente é constantemente repostada na identidade de M.R.S., essa se mantém sob os interesses de intuições, como a família, quando a impede de se separar por causa de seus filhos; da sociedade, que prega que a boa mulher é aquela que é submissa ao homem, e também do capital, a partir do momento em que, na divisão social do trabalho, uma mulher doente não se torna produtiva a mantendo sob a condição de fetichismo.

Assim, como em um dos outros casos analisados, M.R.S. também afirma que quando G.F.S. não esta sob efeito de bebidas alcoólicas, é um bom homem, entretanto, a violência psicológica ocorre mesmo quando G.F.S. não está embriagado:

Quando ele não está bêbado, é um homem bom, mas é muito enjoado dentro de casa, ele me xinga o tempo todo. Eu sinto ódio do meu marido, primeiro pelo amor que ele me fez perder e segundo porque ele me bate. Por isso é que eu penso muito em morrer. (M.R.S. Cf. Diário de Campo, 04/11/2010).

Minayo e Deslandes (1998) nos afirmam que o paralelo álcool-violência ainda é uma questão que necessita de maiores estudos, porque não há certeza de que os efeitos do álcool ou outras drogas são suficientes para afirmar que eles são causa/consequência dos comportamentos violentos de alguns homens que se encontram em situação de violência doméstica, assim como nesse estudo e em outras pesquisas da área (Rosa et al., 2008; Deek et al., 2007; Garbin et al., 2006; Hanada, D'Oliveira, & Schraiber, 2007). Mesmo assim, as mulheres alegam aumento da violência doméstica quando seu parceiro está embriagado.

M.R.S. revelou que os filhos compartilham com ela suas angústias, medos e sofrimentos quando ocorre um episódio de violência física e psicológica, e agora, ao compartilhar sua história também com a aluna de psicologia participante dessa pesquisa, possibilitou a M.R.S. a expressão de sua identidade, porque esta somente é construída socialmente através do outro.

Assim, no processo de construção de sua identidade, M.R.S. apresenta tanto caminhos de emancipação, quanto sinais de alienação frente à sua condição humana. Neste caso, a metamorfose vivida em sua identidade a encaminha para um processo de transformação que ocorre por etapas, visto que, simbolicamente, uma identidade vai morrendo para a pessoa e se torna para ela, passado, para somente assim, ela conseguir construir novas identidades, sejam elas emancipadas ou não.

Portanto, ao se realizar a análise da identidade de M.R.S. percebe-se que ela, apesar de ter consciência que poderia modificar sua história ao realizar denúncia

contra seu marido, ela ainda permanece vivendo sob condições de violência física e psicológica que a impede de percorrer caminhos emancipatórios, sem reconstruir novas identidades, apenas repondo papéis, vivendo na mesmice e não realizando metamorfoses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher não viola somente as leis e a integridade física das mesmas, mas também seus sentimentos, seus afetos, sua idiosincrasia, resultando na fragilidade de suas emoções, deixando, muitas vezes, sua identidade sem rumo. Entretanto, a mulher não possui obrigatoriedade de repor o papel de mulher-vítima porque ela pode constituir outros papéis como o da mulher-liberta, da mulher-emancipada.

As histórias de violência doméstica vividas pelas mulheres que participaram deste trabalho possibilitou a percepção de que a identidade como metamorfose, lhes garantem condição para construção de novos papéis e novas personagens, ou seja, lhes permitem a integralidade da vida. Isso porque todo ser humano é passível de mudança, pois a vida pode não se reduzir apenas no reviver da mesma situação e sim, buscar pela resiliência, consciência e emancipação.

Dessas três mulheres ouvidas, todas elas apontaram o álcool como estopim da violência física e psicológica que viviam no seu cotidiano; entretanto, nenhuma delas tinha consciência de que a questão da violência doméstica supera o abuso da bebida alcoólica porque envolvem problemas mais complexos que perpassam desde os papéis sociais que são ideologicamente reforçados pela sociedade capitalista, os processos de socialização primária e secundária que foram vividos pelo casal desde a infância, até as relações de gênero que lhes foram atribuídas durante o processo de socialização, reafirmando que a ingestão de drogas sejam lícitas ou não, podem ser um subterfúgio para os comportamentos agressivos.

Ao que tudo indica, pela bibliografia utilizada e os resultados dessa pesquisa, pode-se afirmar que a violência de gênero ainda merece muita atenção dos pesquisadores devido aos altos índices de ocorrência, sua periculosidade, os ciclos que muitas vezes se tornam ininterruptos e dos afetos dos envolvidos nesse processo.

Dessa forma, é necessário que este estudo seja apenas o início de uma cultura de pesquisas em Psicologia que envolva o tema da violência doméstica contra a mulher como seu objeto de estudo, de maneira que possa contribuir mais efetivamente com os trabalhos que envolvam essa questão tão cara à sociedade.

Assim, pode-se afirmar que os objetivos propostos para este estudo foram parcialmente contemplados, porque mesmo com o êxito nas escutas terapêutico-educativas e nas orientações psicossociais que ocorreram com as mulheres em situação de violência doméstica não se obteve grande efeito sobre o processo de emancipação efetivo das mesmas porque todas elas deixaram de participar do trabalho realizado na Delegacia de Polícia Civil, nos impedindo de levantar maiores informações a esse respeito o que piorou pela dificuldade em restabelecer contato com as mesmas.

Por isso, é imprescindível, como especificações para um problema tão sério quanto a violência doméstica, (considerando o fator risco de morte), haver políticas públicas e sistemas de saúde capazes de minimizar a dor e o sofrimento dessas mulheres vítimas de violência doméstica, oferecendo serviços públicos de qualidade, a fim de que as mesmas reorganizem suas vidas, ressignifiquem o sentido da mesma e construam novas identidades, e que estas sejam emancipadas e as permitam tomar as rédeas de seu cotidiano e sendo autoras e de suas histórias.

## REFERÊNCIAS

Araújo, M. F. (2008, outubro) Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de

poder e dominação. Revista Eletrônica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología. México, n. 14. Disponível em: <http://psicolatina.org/14/genero.html>. Acesso em 04/12/2012.

Blanco, P. et al. (2004) La violencia de pareja y la salud de las mujeres. Gac Sanit, (n. 18, supl. 1, pp. 182-188).

Brasil. (2010) Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara (pp. 13-14).

Ciampa, A. C. (1998) A Estória do Severino e a História da Severina. São Paulo: Brasiliense.

Deeke, L. P. et al. (2009) A Dinâmica da Violência Doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. Saúde e Sociedade. São Paulo (Vol. 18, n. 2, pp. 248-258).

Fonseca, D. H; Ribeiro, C. G. & Leal, Noêmia Soares Barbosa. (2012, agosto) Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte (Vol. 24, n. 2, pp. 307-314).

Franco, M. A. S. (2005, set/dez) Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa, São Paulo, (Vol. 31, n. 3, pp. 483-502).

Freire, P. (1994) A justificativa da pedagogia do oprimido. In FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (pp. 16-25).

Garbin, C. A. S. et al. (2006, dezembro) Violência doméstica: análise das lesões em mulheres. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, (Vol. 22, n. 12, pp. 2567-2573).

Gomes, N. P. et al. (2007, dezembro) Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, (Vol. 20, n. 4, pp. 504-508).

Hanada, H.; D'Oliveira, A. F. P.L., & Schraiber, L. B. (2008, agosto). Os psicólogos e a assistência a mulheres em situação de violência. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violên-

- cia e Poder, Florianópolis (pp. 01-08, pp. 25-28).
- Hayeck, C. M. (2009, julho) Refletindo sobre a violência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, São Leopoldo (ano 1, n. 1, pp. 01-08).
- Hughes, I. (2010) How to keep a research diary. *Action Research E-Reports*. Disponível em: <http://casino.cchs.usyd.edu.au/arow/ar/report/005.htm>. Acesso em: 21 de setembro de 2010.
- IBOPE / Instituto Avon. Percepções e reações da sociedade sobre a violência contra a mulher, 2009. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/nucleo/dados/pesquisa-avon-violencia-domestica-2009.pdf>. Acesso em: 17/12/12.
- Jong, L. C.; Sadala, M. L. A. & Tanaka, A. C. D' A. (2008, dezembro). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo (Vol. 42, n. 4, pp. 744-751).
- Lima, D. C.; Buchele, F. & Climaco, D. A. (2008, junho). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e Sociedade*, São Paulo (Vol. 17, n. 2, pp. 69-81).
- Mattos, R. M. & Ferreira, R. F. (2004, agosto) Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre (Vol. 16, n. 2, pp. 47-58). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822004000200007&script=sci_arttext). Acesso em: 12 de Setembro de 2012.
- Melo Neto, J. F. (2003) Pesquisa-ação - aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em extensão popular. In Richardson, Roberto Jarry. (Org.). *Pesquisa-ação: princípios e métodos*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, (1ª Ed, Vol. 1, pp. 01-09).
- Mendes, D. A. D., Paulino-Pereira, F. C., & Soares, S. R. (2008, agosto). Identidade de mulheres após experiência de violência sexual na infância e/ou adolescência. *Interseção*, Belo Horizonte (Vol. 1, n. 2, pp. 31-41).
- Mendez, L. B. (1999, outubro) Violencia de género y prevencion. El problema de la violencia masculina. In *Intervencion en Jornadas: Actuaciones sociopolíticas preventivas de la violencia de género*. Madrid.
- Michaud, Y. (1989). O problema das definições. In *A violência*. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática. (pp. 10-11).
- Minayo, M. C. S. & Deslandes, S. F. (1998, jan/mar). A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro (n. 14, pp. 35-42).
- Paulino-Pereira, F. C. (2006). Ampliando a Discussão sobre a Teoria da Identidade e Emancipação Humana. In "Memória se faz na História": um estudo da identidade de metodistas militantes sociais orientados pela teologia da libertação. Tese de Doutorado, São Paulo, PUC-SP.
- Pelissari, M. A. (1998). O diário de campo como instrumento de registro. S.l., mimeo.
- Pietroluongo, A. P. C. & Resende, T. I. M. (2007, mar). Visita Domiciliar em Saúde Mental – O Papel do Psicólogo em Questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2007 (Vol. 27, n. 1, pp. 22-31).
- Queiroz, M. I. P. (1991). Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz Editora. (pp. 01-26).
- Rosa, A. G. et al. (2008, setembro). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*. São Paulo (Vol. 17, n. 3, pp. 152-160).
- Scott, J. (1995, jul/dez) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre (Vol. 20, n. 2, pp. 71-99). Disponível em: [http://archive.org/stream/scott\\_gender#page/n5/mode/1up](http://archive.org/stream/scott_gender#page/n5/mode/1up). Acesso em: 06/11/12.
- Sheiham, A. (2001, junho) Public health approaches to promoting periodontal health. *Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva*, Brasília, (Vol. 2, pp. 61-

82). In Lima, Daniel Costa; Buchele, Fátima; Climaco, Danilo de Assis (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. Saúde e Sociedade, São Paulo, (Vol. 17, n. 2, pp. 69-81).

Sinclair, D. (1985) Understanding wife assault: A training manual for counselors and advocates. Toronto: Publications Ontario.

Tripp, D. (2005, set-dez) Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, (Vol. 31, n. 3, pp. 443-466).

Recebido em 11 de agosto de 2014.

Aprovado para publicação em 02 de setembro de 2014.